



Em reunião de 30/06/21

Com: *Diário de Notícias*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

-----Votos a favor----- **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2021**-----

-----Votos contra-----
-----Votos de abstenção-----
Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21.00 h, realizada por

-----**ORDEM DO DIA**-----

- Ponto 1 Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal
- Ponto 2 Abertura de Procedimentos Concursais:
- | | |
|---|-----------|
| 2.1- Direção Intermédia 2.º Grau – Chefe de Divisão de Gestão Urbanística | 60/P/2020 |
| 2.2- Direção Intermédia 2.º Grau – Chefe de Divisão Jurídica e Administrativa | 61/P/2020 |
- Ponto 3 Adesão do Município de Azambuja à Rede de Autarquias Participativas 8/P/2021
- Ponto 4 Mapa de Fluxos de Caixa 2020 e Modificação ao Orçamento - (1.ª revisão ao PPI, PAM e aos orçamentos da receita e da despesa). 9/P/2021
- Ponto 5 Informações – Apresentação de Relatórios das Comissões da Assembleia Municipal

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira. -----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Jorge Lopes, Cláudio André Salema, em substituição de António Maria Calixto Isidro, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, Pedro Brito Fragoso em substituição de José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel Maria Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Luís Filipe Tavares Figueiredo, em substituição de Maria Arminda Marques Tavares, Daniel Albino Claro, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge e Ana Paula Martins. -----

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Catarina Almeida Lamas, Rui Pedro Figueiredo Corça, José Paulo Pereira e David José Pinto Mendes. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão, cumprimentou os restantes membros assim como o executivo municipal, e explicou que sendo um projeto piloto, ir-se-ia tentar resolver qualquer constrangimento informático que ocorresse no decorrer da sessão. -----

-----**APROVAÇÃO DE ATAS**-----

--- Ata da reunião extraordinária de 28 de dezembro de 2020, aprovada por unanimidade. -----

--- Ata da reunião ordinária de 29 de dezembro de 2020, aprovada por unanimidade. -----

-----**INTERVENÇÕES DOS SRS. DEPUTADOS MUNICIPAIS.**-----

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre mostrando alguma preocupação com as recentes declarações prestadas pela Sra. Presidente da CCDR, a propósito do Licenciamento e da renovação da licença ambiental para a Triaza, a que se mostrara favorável, pelo que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual a sua opinião acerca da continuidade desta estrutura, que em seu entender nunca deveria ter sido instalada. Continuando, perguntou em que pé estava o processo de instalação das células fotovoltaicas na Torre Bela, se já havia estudo de impacto ambiental. Para finalizar a intervenção, referiu a má qualidade da internet, na freguesia de Alcoentre e provavelmente até no restante concelho, pelo que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o que estava a pensar fazer acerca deste assunto. -----

--- Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse ter também ficado surpreendido com as declarações da Sra. Presidente da CCDR, até porque uns dias antes da eleição tivera oportunidade de falar com a Sra. tendo-lhe feito saber que a Câmara de Azambuja não apoiava a renovação da licença, informou que no dia seguinte teria uma reunião com o Sr. Ministro do Ambiente, em que debateriam o assunto Triaza, após o que reuniria com o restante executivo para os informar do que na reunião fora discutido. Quanto ao estudo de impacto ambiental para a instalação das células fotovoltaicas, ainda estava a decorrer, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

procedimentos na Câmara estavam parados na semana seguinte haveria uma reunião com o executivo e o gabinete técnico da Câmara para fazer ponto de situação dos pedidos para este tipo de instalações. Para finalizar informou ter tido uma reunião com o Dr. Pedro Precatado e técnicos da NOS para tentar sanar o problema em Alcoentre que de facto era a freguesia com mais problemas a este nível, e que lhe fora dito que no decorrer do trimestre a situação deveria ser sanada. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro para solicitar cópia do contrato formulado entre a Câmara e o autor das esculturas instaladas à entrada de Azambuja. O Sr. Presidente disse andar em conversações com o autor no sentido de a estátua ser reparada, e que forneceria cópia do contrato ao Sr. Deputado. -----

--- Interveio a Sra. Deputada Inês Louro, para perguntar qual a situação do processo de vacinação no concelho e quais os apoios prestados pela Câmara às IPSS e comércio local. Para finalizar perguntou como estava o Processo de Requalificação da Vala do Esteiro. Em resposta o senhor Presidente disse que tivera lugar nesse dia a vacinação dos bombeiros de Azambuja e Alcoentre, conquanto só tivessem sido, por decisão das autoridades de saúde, 14 elementos de cada corporação, o que não considerava muito justo. Informou que o Pavilhão Municipal já se encontrava operacional para que o processo de vacinação aos munícipes lá decorresse, num esforço conjunto da Câmara, Bombeiros e Cruz Vermelha, em parceria com o Ministério da Saúde, no sentido de estarem criadas as condições de transporte aos utentes. A única coisa que faltava era a colocação do material informática, que os técnicos da Câmara instalariam no dia seguinte. Informou do reforço de cem mil euros nos apoios às IPSS do concelho e da isenção de taxas a cobrar pelas esplanadas quiosque, cafés, mercados diários e outros edifícios da Câmara. Para finalizar referiu que o processo de requalificação da Vala do Esteiro, aguardava aprovação do TC que só a daria com a autorização do IP relativamente à estrada que incluía a ponte mais pequena, o que provavelmente levaria à necessidade de realização de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal. -----

--- Interveio o Senhor deputado José Carlos Matos, que relativamente à questão abordada na anterior sessão, informou que apenas recebera o Edital por correio 8 dias após a realização da mesma, chamou a atenção para ver com os serviços e os CTT para que não se voltassem a repetir situações destas. Perguntou se a escola primária de Casais de Baixo, ainda se encontrava cedida, pois o seu estado de conservação estava deplorável. Era necessário zelar pelos edifícios municipais. Em resposta o senhor Presidente informou que a escola estava cedida por protocolo a um grupo de psicólogos, não tinha conhecimento do estado de conservação do edifício, mas que no dia seguinte mandaria ir aferir. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Lúcio Costa, que a propósito da sua intervenção na anterior reunião e do debate político que acarretara acerca de publicações na internet e que atingira algumas associações e coletividades do concelho, quis reforçar a ideia da importância destas associações na cultura do concelho. Referiu o empenho e dedicação dos seus dirigentes a quem quis deixar uma homenagem, considerando que o "património humano" que representam em termos de dedicação e paixão pela causa era sublime. Considerou que no pós pandemia uma das grandes crises que se instalaria seria a crise do associativismo e solicitou à Câmara os seus bons ofícios no sentido de apoiar. O Sr. Presidente referiu que a Câmara não esqueceria as coletividades e que continuaria a apoiar. -----

--- Interveio o sr. Deputado António Jorge Lopes, que em nome do PSD considerou que os apoios dados ao comércio local não eram suficientes. Considerou que poder-se-ia apoiar, à semelhança de outros concelhos o pagamento de rendas aos estabelecimentos comerciais e de restauração, como incentivo a que conseguissem manter portas abertas no pós pandemia sem necessitarem até de proceder a despedimentos. Lembrou que na reunião de 18/11/2020 fora solicitado pelo Sr. Deputado António Nobre e pelo PSD a cópia de um contrato de renovação, data e fundamentos da prorrogação deste e que ainda não tinha havido resposta. Referiu ter conhecimento, contrariamente ao que o Sr. Presidente da Assembleia dissera, de um pedido efetuado pelo Sr. Jorge Colaço Correia, no sentido de lhe ser facultada cópia de uma ata de uma reunião da Câmara ou assembleia Municipal realizada no primeiro mandato do anterior Presidente de Câmara, e que até agora não lhe tinha sido facultada, sendo que desde 12/8/2020 que aguardava o envio do documento. Relativamente ao assunto exposto pelo Senhor o Deputado perguntou acerca da aquisição de um terreno no Esfolegado para construção da ETAR, e que motivara expropriações dos terrenos circundantes, perguntou qual o preço pago pelos mesmos, se eram ainda ou não propriedade da Câmara e caso tivessem sido vendidos a quem e por quanto. Perguntou ainda o que motivara a decisão da Ad'Oeste de não construir a ETAR no Esfolegado e mantê-la no sítio inicial, e o motivo de a Câmara não ter intervindo no sentido de evitar esta decisão. Para finalizar, perguntou se já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

havia ou não projeto para a requalificação da estrada Nacional Nº 513, qual o orçamento e quando é que seria lançado o concurso público, se era passivo ou não de visto do TC, quando arrancariam as obras e para quando se perspectivava o fim das obras. -----

--- Relativamente às consultas públicas para a instalação das células fotovoltaicas, da Quinta da Cerca e da Torre Bela, perguntou se a Câmara participara do processo. Em resposta o Sr. Presidente disse que ainda estando a decorrer as consultas públicas, a Câmara ainda não se pronunciara. Relativamente à Estrada 513 disse que á semelhança de outras estradas esta seria reparada quando houvesse verba que permitisse a sua realização. O valor para a estrada estava estipulada em 700.000.00 €, pelo que não necessitaria de visto do Tribunal de Contas. Quanto à questão colocada pelo Sr. Jorge Correia, disse já ter informado o Sr. que a reunião havida em Manique do intendente não fora nem reunião de Câmara nem Assembleia Municipal, fora uma reunião informal de sessão de esclarecimento com a população, pelo que não fora elaborada ata, facto aliás que já informara por escrito o Sr. Jorge Correia. -----

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes apresentou o Requerimento que se transcreve: -----

--- REQUERIMENTO -----

--- Exmo. Senhor-----

--- Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja-----

--- A fase de consulta pública do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto "CENTRAL FOTOVOLTAICA DA CERCA" termina no próximo dia 23 de Fevereiro de 2021. -----

Por outro lado, a fase de consulta pública do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto "CENTRAIS FOTOVOLTAICAS DE RIO MAIOR E DE TORREBELA E LMAT DE LIGAÇÃO" termina no próximo dia 01 de Março de 2021. -----

--- A central fotovoltaica da Cerca situa-se na freguesia de Aveiras de Baixo e fica encostada às localidades de Virtudes e dos Casais da Lagoa. A sua instalação implica a destruição de mais de metade da Mata das Virtudes, nomeadamente nas áreas que estão afectas à REN — Reserva Ecológica Nacional. -----

--- A instalação do complexo fotovoltaico da Torrebelas, como é público, já implicou a destruição de centenas de hectares de árvores, incluindo espécies protegidas, bem como a matança indiscriminada de, pelo menos, 540 animais. -----

--- A instalação da central da Quinta da Cerca e da mega-central fotovoltaica da Torrebelas, em conjunto com as outras centrais que se pretendem instalar no território do concelho de Azambuja, vai condicionar negativamente as perspectivas de desenvolvimento municipal nos próximos 25/30 anos, com significativo impacto negativo nas condições sócio-económicas das populações. -----

--- A Câmara Municipal de Azambuja ainda não participou em nenhuma das referidas consultas públicas. Importa, assim, já nesta fase de consulta pública, afirmar de forma inequívoca que a Assembleia Municipal de Azambuja não aceita a instalação da central fotovoltaica da Quinta da Cerca, nem tão-pouco da mega-central fotovoltaica da Torrebelas. -----

--- A Assembleia Municipal não deve aguardar por uma futura discussão deste tema a propósito de uma eventual declaração de interesse público municipal que venha a ser proposta pelo Executivo camarário, porquanto o passado já demonstrou que a incapacidade de tomar decisões na hora certa causa danos sérios na qualidade de vida das populações do concelho de Azambuja. É pela raiz que se corta o mal!

--- Nos termos e para os efeitos do artigo 27.º 2/1/b) do Regimento da Assembleia Municipal, requer-se a V. Exa. a convocação da Assembleia Municipal para reunir, em sessão extraordinária, para deliberação dos seguintes assuntos: -----

--- 1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PARECER NEGATIVO À INSTALAÇÃO DE CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA NA QUINTA DA CERCA NO ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO "CENTRAL FOTOVOLTAICA DA CERCA". -----

--- 2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PARECER NEGATIVO À INSTALAÇÃO DE CENTRAIS SOLARES FOTOVOLTAICAS NA QUINTA DA TORREBELA NO ÂMBITO DA CONSULTA PÚBLICA DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PROJECTO "CENTRAIS FOTOVOLTAICAS DE RIO MAIOR E DE TORREBELA E LMAT DE LIGAÇÃO". -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia considerou que para o documento ser aceite teria de ser subscrito e assinado pelos Deputados, o que não acontecia e a sua apresentação online não permitia, pelo que solicitou ao Sr. Deputado que recolhesse as devidas assinaturas, após o que de acordo com o Regimento da Assembleia o aceitaria. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- As intervenções dos Srs. Deputados Municipais, poderão ser visionadas na íntegra através do Link: <https://youtu.be/PaziYmZDuhl>

-----ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL -

--- Interveio o Sr. Deputado José Carlos Matos para aferir da responsabilidade da AdAz na reparação dos Estragos provocados na via pelas suas intervenções, a que o Sr. Presidente disse que de acordo com o protocolado a AdAz era responsável pela reparação dos troços em que intervinha.

--- Interveio o Senhor Deputado Daniel Claro para perguntar se a AdAz alguma vez tinham entrado em contacto com a Câmara no sentido de prestar alguma solidariedade aos consumidores durante a pandemia. Relativamente ao apoio aos pequenos comerciantes disse ser crucial fazer-se alguma coisa nesse sentido, dando como exemplo a contratação de empréstimos a juros baixos e com prazos de pagamento alargado. Para finalizar considerou pouco apropriada a colocação dos touros na rotunda e junto á praça de toiris. O Sr. Presidente disse que não houvera esse tipo de abertura da parte da AdAz, e que era a Câmara que suportava todos os benefícios concedidos aos muncípes.

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes indagou se já se sabia o valor doas ganhos que a AdAz tivera neste tempo de confinamento, a que o Sr. presidente disse não ter ainda essa informação.

--- Discutido o assunto, nada foi deliberado.

PONTO 2 – MAPA E FLUXOS DE CAIXA 2020 MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – (1ª. REVISÃO AO PPI, PAM E AOS ORÇAMENTOS DA RECEITA E DA DESPESA) P 9/P/2021

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta dizendo haver necessidade de distribuição de saldos, informou haver uma quebra face ao ano anterior de cerca de 4 ME (verificável no mapa de fluxos de caixa), O saldo transitado era de 6.5 ME, sendo o decréscimo justificado com a diminuição considerável da receita, fruto da diminuição do valor cobrado nos impostos, consequência da situação pandémica vivida, e que por outro lado obrigara à realização de despesas não expectáveis e não previstas no Orçamento 2021, tal como houvera atividades previstas que não tinham podido ser executadas, havendo necessidade de passar para 2021 um conjunto de contratos em execução como o Parque da Milhariça, a Vala do Esteiro e outros. Referiu que com as aquisições efetuadas no final do ano, por necessárias, caso da aquisição de dois autocarros escolares, veículos de substituição da frota municipal, equipamentos para as escolas, de portáteis para o teletrabalho e outros, pelo que o saldo de gerência não fora de 9 ME como previsto e sim cerca de 6.5 ME.

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes, para informar que o assunto ser matéria da gestão do PS, o PSD à semelhança do que sempre fazia se absteria na votação.

--- O Sr. Deputado António Nobre referiu que a CDU manteria a intenção de voto, de quando fora votado o Orçamento, abster-se-ia.

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 9/P/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS, 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS).

PONTO 3 – ADESAO DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA À REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS P 8/P/2021

--- foi a proposta nº. 8/P/2021, colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: -----

--- 4.1 – Direção Intermédia 2º. Grau – Chefe de Divisão de Gestão Urbanística P 60/P/2020

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 60/P/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor (14 do PS, 1 do BE e 1 do CDS) e 12 abstenções (7 da CDU e 5 do PSD).

--- 4.2 – Direção Intermédia 2º. Grau – Chefe de Divisão Jurídica e Administrativa P 61/P/2020

--- O Sr. Deputado Daniel Claro considerou que as propostas careciam de fundamentação. Requereu formalmente que as deliberações da Câmara pudessem ser enviadas aos Deputados Municipais.

--- O Sr. Deputado José Carlos Matos reforçou o pedido feito pelo DEPUTADO Claro, considerando que era fundamental que tivessem acesso aos documentos que eram apresentados na Câmara. Em resposta o Senhor presidente disse que este tipo de documentos vinham sempre à Assembleia Municipal, mas que daria instruções ao GAP para que fizesse chegar os documentos aos elementos da Assembleia Municipal.

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes referiu que à semelhança de outros propostas deste tipo por ser uma questão organizacional, o PSD abster-se-ia.

Ay1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 61/P/2020, colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor (14 do PS, 1 do BE e 1 do CDS) e 12 abstenções (7 da CDU e 5 do PSD). -----

---PONTO 5 – INFORMAÇÕES -----

--- APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Foi presente o Relatório da Comissão de Planeamento Urbanístico e Ordenamento do Território. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

---- Devido à situação atual de pandemia do Covid-19 e à necessidade de confinamento no seguimento do Estado de emergência, a Assembleia Municipal decorreu sem a presença do público, tendo este sido avisado através do Edital Nº 3, que os Municípios que desejassem formular perguntas, enviar recomendações ou solicitar esclarecimentos, poderiam fazê-lo sob forma de mail para: assembleiamunicipal@cm-azambuja.pt até às dezasseis horas do dia anterior à realização da A.M, o que não se verificou, não havendo assim qualquer questão colocada pelos municípios.-----

--- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos, tal como nas sessões anteriores, através do Facebook no endereço da Camara Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

<https://youtu.be/PaziYmZDuhI>

--- Eram 23 horas e 55 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----